

AUTISMO NO CONTEXTO DE MIGRAÇÃO NO BRASIL: UMA BREVE REFLEXÃO

AUTISM IN THE CONTEXT OF MIGRATION IN BRAZIL: A BRIEF REFLECTION

Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos

Doutorando em Ciências Pelo Programa de Educação e Saúde na Infância e na adolescência (UNIFESP)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1861-0902>

E-mail: douglas.pestana@unifesp.br

Murilo Henrique Ferreira Guedes

Mestrando em Ciências Pelo Programa de Educação e Saúde na Infância e na adolescência (UNIFESP)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9496-8347>

E-mail: murilo.guedes@unifesp.br

Resumo: Este artigo examina os desafios enfrentados por famílias imigrantes no Brasil que cuidam de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A análise aborda barreiras estruturais, instrumentais e linguísticas, destacando a necessidade de programas de apoio culturalmente sensíveis. Além disso, discute-se a interseccionalidade entre a condição migratória e as dificuldades enfrentadas no acesso à saúde e educação inclusiva. Através de uma revisão da literatura, são apresentadas estratégias que visam a ampliação do suporte e a mitigação dos impactos negativos dessas barreiras, enfatizando a importância da inclusão e da comunicação na língua materna.

Palavras-chave: Autismo. Migração. Inclusão. Barreiras Linguísticas. Políticas Públicas. Apoio Culturalmente Sensível.

Abstract: This article examines the challenges faced by immigrant families in Brazil caring for children with Autism Spectrum Disorder (ASD). The analysis addresses structural, instrumental, and linguistic barriers, highlighting the need for culturally sensitive support programs. Furthermore, it discusses the intersectionality between migration status and difficulties in accessing healthcare and inclusive education. Through a literature review, strategies are presented to expand support and mitigate the negative impacts of these barriers, emphasizing the importance of inclusion and communication in the native language.

Keywords: Autism, Migration, Inclusion, Linguistic Barriers, Public Policies, Culturally Sensitive Support, Intersectionality, Healthcare Access, Inclusive Education.

Introdução

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por déficits persistentes na comunicação social e por padrões de comportamento restritivos e repetitivos (American Psychiatric Association, 2013). Esses desafios impactam significativamente a vida dos indivíduos diagnosticados, bem como de suas famílias, que frequentemente enfrentam dificuldades emocionais, financeiras e estruturais no processo de cuidado e suporte (Gomes et al., 2014). No Brasil, esse contexto se torna ainda mais complexo devido à insuficiência de políticas públicas efetivas e à fragilidade da rede de atenção psicossocial, o que compromete a qualidade da assistência prestada (Paula et al., 2020). Além disso, a demora na formulação de diretrizes mais abrangentes para o suporte aos indivíduos com TEA resulta na desigualdade de acesso aos serviços de saúde, tornando a situação dessas famílias ainda mais delicada.

Famílias que cuidam de crianças com TEA enfrentam uma carga emocional considerável, pois precisam lidar com a aceitação do diagnóstico, o impacto na rotina diária e o desafio de encontrar recursos adequados para o desenvolvimento infantil. Muitas vezes, os atrasos no diagnóstico dificultam a implementação de intervenções precoces, o que pode afetar o desenvolvimento cognitivo e social da criança (Bosa, 2016). Além disso, a sobrecarga dos cuidadores está associada a índices elevados de estresse e exaustão, uma vez que muitas famílias assumem integralmente o papel de provedores e educadores sem o devido suporte institucional (Schwartzman, 2018).

A precariedade dos sistemas de saúde e educação reforça as dificuldades enfrentadas por essas famílias. O acesso a profissionais capacitados, tanto no âmbito médico quanto no pedagógico, ainda é limitado, principalmente em regiões periféricas e em comunidades socialmente vulneráveis. A ausência de uma abordagem interdisciplinar para o tratamento e suporte educacional do TEA contribui para a exclusão das crianças em ambientes escolares convencionais, dificultando sua inclusão e socialização (Gaiato et al., 2021).

Para famílias imigrantes, esses desafios são intensificados por fatores adicionais, como barreiras linguísticas e culturais, insegurança econômica e discriminação estrutural. Muitas dessas famílias têm dificuldades em compreender os trâmites burocráticos necessários para acessar serviços de saúde e educação, tornando-se ainda mais vulneráveis. O acesso a serviços especializados pode ser ainda mais limitado devido à situação migratória irregular ou à carência de informação sobre os direitos e políticas públicas voltadas para essa população (Silva & Fernandes, 2021). Ademais, a intersecção entre migração e deficiência cria um duplo estigma, reforçando processos de exclusão social e tornando o suporte governamental insuficiente e frequentemente inacessível (Cavalcanti & Ribeiro, 2019). Essa realidade expõe a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e acessíveis, que levem em consideração as especificidades dessas famílias e promovam estratégias de acolhimento e integração no contexto social e educacional.

Diante desse panorama, este estudo busca compreender as experiências de famílias imigrantes no Brasil que possuem crianças com TEA, analisando as dificuldades enfrentadas, as redes de apoio existentes e as possíveis estratégias para a promoção de um atendimento mais equitativo e inclusivo. Para tanto, serão consideradas as perspectivas interdisciplinares da educação, da saúde e das ciências sociais, a fim de construir um referencial teórico e empírico que subsidie propostas de intervenção mais eficazes e sustentáveis. O estudo pretende, ainda, investigar a forma como redes comunitárias e organizações da sociedade civil atuam no apoio a essas famílias, identificando boas práticas e iniciativas que possam servir de modelo para políticas públicas futuras.

Este capítulo introdutório, portanto, apresenta a problemática central da pesquisa e justifica sua relevância acadêmica e social. Nos próximos capítulos, serão abordados o embasamento teórico sobre o TEA e as dinâmicas familiares em contexto migratório, os desafios enfrentados por essas famílias, bem como as políticas públicas existentes e suas lacunas. Através dessa análise, pretende-se contribuir para o debate sobre inclusão, direitos sociais e melhoria da qualidade de vida das famílias imigrantes que lidam com o TEA no Brasil. Além disso, a pesquisa busca levantar propostas de intervenção que possam ser aplicadas em diferentes contextos, ampliando a discussão sobre a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa para todos os indivíduos, independentemente de suas condições neurológicas e de seu status migratório.

Desafios enfrentados por famílias imigrantes

A experiência das famílias imigrantes no enfrentamento dos desafios impostos pelo Transtorno do Espectro Autista (TEA) está intrinsecamente relacionada a uma teia de barreiras estruturais, culturais e políticas que comprometem o diagnóstico precoce, o acesso a serviços especializados e a implementação de estratégias pedagógicas e terapêuticas eficazes. Estudos demonstram que esses obstáculos incluem não apenas a escassez de especialistas e a fragmentação dos serviços, mas também a falta de políticas públicas que contemplem a diversidade linguística e cultural dessas famílias, agravando a sua vulnerabilidade (Khanlou et al., 2017).

Além das barreiras institucionais, as famílias imigrantes enfrentam desafios instrumentais decorrentes da ruptura dos laços sociais e do estigma cultural em torno do TEA. As concepções culturais acerca do desenvolvimento infantil e da neurodiversidade influenciam a percepção do transtorno e a busca por suporte especializado. Em determinados contextos socioculturais, o TEA pode ser interpretado como um problema disciplinar, um castigo divino ou até mesmo uma condição irreversível, o que pode dificultar a aceitação do diagnóstico e a adesão às intervenções terapêuticas recomendadas (Sriharan & Koola, 2018). Esse fator pode levar à negligência no acompanhamento clínico, reforçando a exclusão e o isolamento social dessas crianças.

No Brasil, o cenário se agrava devido à burocracia no acesso aos serviços públicos de saúde e educação. A exigência de documentação oficial para matrícula escolar ou atendimento médico, como Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), pode inviabilizar o ingresso das crianças migrantes em programas essenciais. Essa limitação contribui para um atraso significativo no diagnóstico e na implementação de planos educacionais e terapêuticos, comprometendo o desenvolvimento da criança. A inexistência de um sistema integrado de dados sobre crianças com TEA no país intensifica essas dificuldades, uma vez que a ausência de informações unificadas prejudica a formulação de políticas públicas inclusivas e a alocação de recursos adequados para esse público.

A precarização dos serviços de saúde e educação no Brasil também evidencia a necessidade urgente de profissionais qualificados para atender populações imigrantes. A escassez de tradutores, intérpretes e mediadores culturais nos serviços públicos dificulta a comunicação entre famílias e profissionais, gerando lacunas na adesão a tratamentos e na compreensão dos direitos educacionais. Essa deficiência estrutural compromete não apenas a qualidade do atendimento, mas também a própria equidade no acesso aos serviços.

Outro elemento crítico é a dificuldade de navegação pelas estruturas burocráticas e administrativas dos sistemas de saúde e educação por parte dos pais e responsáveis. A desinformação sobre protocolos de atendimento, combinada com barreiras linguísticas, impede muitas famílias de usufruírem dos serviços a que têm direito. Além disso, a ausência de materiais informativos adaptados para múltiplos idiomas reduz a capacidade dessas famílias de compreenderem os trâmites necessários para garantir atendimento adequado às suas crianças, ampliando sua exclusão socioeducacional.

Diante desse panorama, algumas iniciativas emergem como estratégias fundamentais para mitigar essas dificuldades. Programas de acolhimento intercultural e mediação linguística podem facilitar a adaptação das famílias imigrantes ao contexto brasileiro e aprimorar o acesso a informações sobre o TEA e os serviços disponíveis. Redes comunitárias compostas por outras famílias imigrantes, profissionais voluntários e organizações não governamentais (ONGs) têm desempenhado um papel crucial no suporte emocional, na orientação e na assistência prática para a navegação dos sistemas de saúde e educação. Essas iniciativas, quando bem estruturadas, reduzem significativamente o isolamento social dessas famílias, promovendo um espaço de troca de experiências e fortalecimento coletivo.

Além disso, é fundamental que políticas públicas sejam reformuladas para garantir o atendimento adequado a essa população. A ampliação de serviços multilíngues, a capacitação de profissionais para atuação em contextos multiculturais e a flexibilização dos critérios de acesso a programas sociais são medidas essenciais para promover a inclusão dessas crianças. A promoção de campanhas de conscientização sobre o TEA voltadas especificamente para comunidades imigrantes também é imperativa, contribuindo para a desconstrução de estereótipos e incentivando a busca

por atendimento precoce.

Neste diapasão, portanto, problematizamos a experiência das famílias imigrantes que possuem crianças com TEA e propõe caminhos para um modelo de atendimento mais equitativo e inclusivo. Nos próximos capítulos, serão discutidas experiências bem-sucedidas de inclusão e os impactos das políticas públicas existentes, a fim de delinear propostas para a construção de um ambiente educacional e terapêutico mais acessível e acolhedor para essas famílias. A análise aqui apresentada visa contribuir para o desenvolvimento de estratégias que não apenas reconheçam as particularidades desse público, mas que também fomentem políticas estruturais voltadas à equidade e à justiça social no atendimento às crianças imigrantes com TEA.

Barreiras linguísticas e culturais no contexto migratório

A experiência migratória impõe desafios substanciais às famílias imigrantes, especialmente àquelas que convivem com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Entre esses desafios, as barreiras linguísticas e culturais emergem como elementos estruturais que comprometem o acesso a serviços essenciais e a implementação de estratégias adequadas de inclusão e suporte terapêutico. A literatura tem evidenciado que o bilinguismo, ao contrário do que comumente se pressupõe, não prejudica o desenvolvimento linguístico de crianças com TEA. Entretanto, a falta de informação e formação dos profissionais de saúde e educação leva ao desestímulo da manutenção de um ambiente bilíngue, o que pode ser altamente deletério para o desenvolvimento social e emocional dessas crianças (Drysdale et al., 2014). A imposição do monolinguismo reduz as possibilidades de interação da criança, restringe a participação familiar na intervenção e compromete a construção de identidades multiculturais, essenciais para a resiliência emocional e social no processo migratório.

As dificuldades comunicativas entre famílias imigrantes e profissionais de saúde e educação são frequentemente citadas como barreiras significativas na obtenção de diagnósticos precisos e no seguimento de estratégias terapêuticas e educacionais. O desconhecimento do idioma local e a ausência de serviços de tradução ou materiais didáticos multilíngues resultam em uma lacuna informacional, aumentando a vulnerabilidade dessas famílias. Além disso, a carência de políticas públicas que contemplem a diversidade linguística agrava a exclusão, uma vez que as diretrizes assistenciais raramente consideram as especificidades culturais e comunicativas das populações migrantes.

As barreiras culturais adicionam uma camada ainda mais complexa a esse cenário. Diferentes comunidades interpretam o TEA sob perspectivas que variam entre o estigma social, crenças espirituais e concepções equivocadas sobre a etiologia do transtorno. Em algumas culturas, a condição pode ser associada a punições divinas ou desajustes morais, o que retarda a busca por assistência profissional e amplia o isolamento das crianças diagnosticadas. Além disso, práticas educacionais e terapêuticas ocidentais nem sempre se adequam às concepções culturais dos imigrantes, dificultando a adesão ao tratamento. A ausência de sensibilidade cultural dos profissionais da saúde e da educação reforça essa barreira, tornando a comunicação entre família e instituição pouco eficaz e, em muitos casos, gerando resistência ao acolhimento de novas metodologias e intervenções.

O ambiente escolar é um espaço de reprodução dessas barreiras, especialmente quando os docentes e demais profissionais não possuem formação específica para lidar com a diversidade cultural e linguística. Professores podem interpretar de maneira equivocada determinados comportamentos típicos do TEA, associando-os a dificuldades de aprendizagem ou indisciplina. A falta de estratégias pedagógicas adaptadas à realidade das crianças imigrantes dificulta sua inclusão plena, reforçando processos de segregação e baixa expectativa acadêmica. A escassez de materiais educativos contextualizados à realidade multicultural dessas famílias é um entrave adicional, pois impede que os conteúdos sejam acessíveis e significativos para os alunos imigrantes.

Diante dessas adversidades, torna-se imperativo que as políticas educacionais e de saúde sejam reformuladas para contemplar a inclusão linguística e cultural. A implementação de serviços de tradução simultânea, a disponibilização de materiais educativos em múltiplos idiomas e a capacitação de profissionais para atender populações diversas são estratégias centrais para mitigar os efeitos das barreiras comunicativas. Além disso, a promoção do bilinguismo não apenas como um

direito, mas como uma vantagem cognitiva e social, deve ser incorporada às práticas pedagógicas e clínicas. Pesquisas indicam que crianças bilíngues com TEA podem apresentar benefícios cognitivos, como maior flexibilidade mental e melhor desenvolvimento da teoria da mente, desmistificando, assim, o receio de que a exposição a dois idiomas possa ser prejudicial.

Outro aspecto crucial para a mitigação dessas barreiras é o fortalecimento de redes de apoio comunitário, que permitem o compartilhamento de informações e experiências entre famílias que vivenciam realidades semelhantes. O suporte oferecido por grupos comunitários de imigrantes e organizações não governamentais (ONGs) tem se mostrado essencial para auxiliar as famílias no processo de adaptação ao novo país, proporcionando acesso a serviços básicos, informações sobre direitos e suporte emocional. Essas iniciativas podem minimizar os impactos da marginalização social, favorecendo uma transição mais suave para os sistemas educacional e de saúde.

As campanhas de conscientização sobre o TEA devem ser amplamente divulgadas entre comunidades imigrantes, a fim de combater estereótipos e reduzir a discriminação. Iniciativas desse tipo devem destacar não apenas a importância do diagnóstico precoce, mas também os direitos das crianças com TEA e suas famílias no país de acolhimento. O envolvimento de lideranças comunitárias nesse processo é fundamental para garantir que as informações alcancem os diferentes grupos migratórios de maneira culturalmente sensível, promovendo um engajamento mais efetivo.

Assim, as barreiras linguísticas e culturais enfrentadas por famílias imigrantes no Brasil refletem a necessidade de um olhar mais atento e uma abordagem intersetorial para promover sua inclusão nos serviços essenciais. A ampliação do acesso a serviços multilíngues, a formação contínua de profissionais para atuação em contextos multiculturais e a promoção do bilinguismo como estratégia de empoderamento são medidas essenciais para garantir que essas crianças tenham oportunidades equitativas de desenvolvimento. Ao reconhecer a diversidade linguística e cultural como ativos a serem valorizados e incorporados às políticas públicas, é possível avançar na construção de uma sociedade mais inclusiva e acessível para todos.

O silêncio que invade as crianças migrantes em um contexto cultural diferente

A experiência migratória representa um processo de transição marcado por desafios estruturais e subjetivos, que afetam de maneira contundente o desenvolvimento linguístico, emocional e social das crianças. Entre as dificuldades enfrentadas nesse percurso, o silêncio emerge como um fenômeno complexo, funcionando tanto como um mecanismo de defesa quanto como um reflexo das barreiras culturais e institucionais que permeiam o contexto de acolhimento. Longe de representar uma simples ausência de fala, esse silêncio assume um caráter multifacetado, sendo, em muitas ocasiões, uma manifestação de resistência simbólica frente a um ambiente que frequentemente desvaloriza a língua materna e ignora a bagagem cultural dos imigrantes.

O impacto desse silêncio se manifesta de maneira significativa no ambiente escolar, onde a dificuldade na expressão oral pode ser interpretada de forma equivocada como um indício de dificuldades cognitivas, falta de interesse ou, no caso de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), como uma ampliação das barreiras já existentes para a comunicação e a interação social. Essa leitura reducionista compromete o processo de ensino-aprendizagem, resultando em práticas pedagógicas inadequadas e na marginalização desses estudantes. A ausência de estratégias educacionais que levem em conta a especificidade desse público pode agravar o isolamento social e prejudicar o desenvolvimento emocional e acadêmico dessas crianças.

A interseção entre a migração e a neurodiversidade amplifica esses desafios, pois muitas famílias imigrantes enfrentam entraves institucionais significativos, como a escassez de profissionais capacitados para atender crianças com TEA em um contexto culturalmente diverso. Além disso, a percepção do TEA pode variar drasticamente entre diferentes grupos culturais, o que pode influenciar tanto a aceitação do diagnóstico quanto a busca por suporte especializado. Em alguns contextos, o transtorno é compreendido sob uma perspectiva estigmatizante, o que pode inibir as famílias de procurarem intervenções precoces, resultando em diagnósticos tardios e limitando o

acesso a serviços essenciais.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de programas de apoio que sejam culturalmente sensíveis e capazes de promover um acolhimento adequado para essas crianças e suas famílias. Estratégias como o ensino bilíngue, o suporte psicossocial e a formação intercultural de professores e terapeutas são fundamentais para atenuar as barreiras linguísticas e sociais. A capacitação de profissionais para lidar com a diversidade cultural e a implementação de abordagens pedagógicas inclusivas são medidas indispensáveis para criar um ambiente escolar que valorize e respeite a identidade dos alunos migrantes.

Ademais, o treinamento de profissionais da saúde e a educação parental desempenham um papel crucial na identificação precoce do TEA e na promoção da comunicação em língua materna dentro do ambiente familiar. Pesquisas indicam que a manutenção do idioma de origem não apenas fortalece a identidade da criança, mas também não interfere no aprendizado do novo idioma (Ijalba, 2016). Dessa forma, combater a visão de que a língua materna constitui um obstáculo para a adaptação deve ser um princípio norteador das políticas de inclusão linguística.

No Brasil, políticas públicas voltadas à população migrante devem priorizar a criação de centros de atendimento multidisciplinar acessíveis e equitativos, garantindo que os serviços oferecidos contemplem as especificidades culturais das diferentes comunidades. A presença de intérpretes, mediadores culturais e materiais informativos traduzidos em múltiplos idiomas é uma estratégia imprescindível para reduzir as barreiras de acesso e garantir um atendimento mais humanizado e eficiente. Além disso, é necessário fomentar a criação de espaços comunitários que promovam o intercâmbio cultural e fortaleçam redes de apoio entre famílias imigrantes.

A problematização do silêncio das crianças migrantes deve ser conduzida de forma crítica e sensível, reconhecendo que ele não se trata apenas de uma ausência de fala, mas de um fenômeno carregado de significados socioculturais e políticos. Esse silêncio pode ser um mecanismo de autopreservação frente a processos de assimilação forçada e a uma invisibilização estrutural de suas identidades. Portanto, compreender e abordar essa questão a partir de uma perspectiva interseccional e interdisciplinar é fundamental para a construção de políticas e práticas educacionais que garantam o direito dessas crianças à comunicação, ao pertencimento e à expressão de suas múltiplas identidades.

À guisa de uma conclusão - A complexidade do silêncio das crianças migrantes

A literatura especializada ainda é escassa no que concerne à interseção entre migração e Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil. Entretanto, os estudos disponíveis evidenciam que as famílias imigrantes enfrentam desafios significativos no acesso a serviços especializados, enfrentando obstáculos estruturais que transcendem as barreiras linguísticas. A interseção entre desigualdade socioeconômica, lacunas institucionais e ausência de políticas públicas inclusivas cria um cenário de vulnerabilidade que requer intervenções urgentes e interdisciplinares.

A construção de abordagens culturalmente sensíveis e a superação de barreiras comunicacionais constituem medidas indispensáveis para garantir a equidade no atendimento a crianças imigrantes com TEA. Estratégias terapêuticas devem ser formuladas respeitando as particularidades culturais das famílias, promovendo, assim, maior adesão ao tratamento e reduzindo os impactos negativos da migração sobre o desenvolvimento infantil. No entanto, a implementação dessas estratégias precisa ser conduzida com cautela. A valorização da diversidade linguística e cultural, se não acompanhada de um planejamento robusto, pode resultar em serviços fragmentados e desarticulados, comprometendo a efetividade das políticas de inclusão.

Outro aspecto que merece reflexão é a necessidade de ampliar o escopo da pesquisa sobre os impactos da migração no desenvolvimento de crianças neurodivergentes. Os dados disponíveis ainda são limitados e pouco contextualizados para a realidade brasileira, o que dificulta a formulação de diretrizes baseadas em evidências. Estudos longitudinais e interdisciplinares, articulando conhecimentos da educação, psicologia, neurociência e políticas sociais, são essenciais para o aprofundamento dessa problemática e para a formulação de políticas públicas mais efetivas.

Ademais, a formação de profissionais que atuam com populações migrantes deve ir além da

simples sensibilização cultural. É imprescindível que as instituições de ensino e saúde promovam mudanças estruturais em suas práticas, garantindo que a equidade no acesso aos serviços não seja apenas um princípio teórico, mas uma realidade concreta. A qualificação de profissionais da educação e da saúde para lidar com a diversidade linguística e cultural deve ser parte de um esforço mais amplo, que contemple transformações institucionais e estruturais no sistema público.

No contexto brasileiro, a criação de políticas públicas inclusivas deve priorizar a implementação de centros de atendimento multidisciplinar acessíveis para a população migrante, garantindo que as intervenções sejam equitativas e eficazes. O fortalecimento de redes comunitárias, o suporte a organizações não governamentais e a formulação de estratégias específicas para o acolhimento e diagnóstico precoce são medidas fundamentais para mitigar desigualdades e assegurar que nenhuma criança seja privada de seus direitos fundamentais ao desenvolvimento e à inclusão.

Assim, a questão do silêncio das crianças migrantes, particularmente aquelas com TEA, não deve ser reduzida a uma dificuldade linguística ou a um desafio individual. Trata-se de um fenômeno complexo, que reflete a interseção entre fatores estruturais, culturais e simbólicos. Esse silêncio não é apenas um indicativo da adaptação ao novo ambiente, mas uma consequência direta das falhas nas políticas públicas e da negligência institucional. Portanto, enfrentar essa questão requer abordagens intersetoriais e inclusivas, que promovam um ambiente acolhedor, respeitem as diferenças culturais e garantam equidade e justiça social na formulação de políticas e práticas educacionais e de saúde.

Referências

DRYSDALE, H.; VAN DER MEER, L.; SIGAFOOS, J. Emerging research on bilingualism and autism spectrum disorder: A systematic review. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 45, n. 12, p. 413-427, 2014.

IJALBA, E. Hearing parental concerns: Understanding Hispanic mothers' beliefs and experiences in accessing autism services. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 46, n. 3, p. 1080-1092, 2016.

SRITHARAN, B.; KOOLA, M. M. Barriers faced by immigrant families of children with autism: A program to address the challenges. **Asian Journal of Psychiatry**, v. 39, p. 53-57, 2018.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**. 5. ed. Arlington, VA: American Psychiatric Publishing, 2013.

DRYSDALE, H.; VAN DER MEER, L.; KAGOHARA, D. Children with autism spectrum disorder from bilingual families: A systematic review. **Review Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 1, n. 1, p. 26-38, 2014.

GOMES, P. T.; LIMA, L. H.; BUENO, M. K.; ARAÚJO, L. A.; SOUZA, N. M. Transtorno do espectro autista: características clínicas e psíquicas em diferentes subtipos. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 32, n. 2, p. 215-221, 2014.

IJALBA, E. Hispanic immigrant mothers of young children with autism spectrum disorders: How do they understand and cope with autism? **American Journal of Speech-Language Pathology**, v. 25, n. 2, p. 200-213, 2016.

KHANLOU, N.; HAQUE, N.; SHEEHAN, S.; JONES, G. It is an issue of not knowing where to go: Service providers' perspectives on challenges in accessing social support and services by immigrant mothers of children with autism. **Journal of Immigrant and Minority Health**, v. 19, n. 3, p. 746-757, 2017.

SRITHARAN, B.; KOOLA, M. M. Barriers faced by immigrant families of children with autism: A program to address the challenges. **Asian Journal of Psychiatry**, v. 37, p. 15-19, 2018.

KHANLOU, N.; HAQUE, N.; SHEEHAN, S.; JONES, G. Access Barriers to Services by Immigrant Mothers of Children with Autism in Canada. **International Journal of Mental Health and Addiction**, v. 15, n. 2, p. 239-259, 2017.

SRITHARAN, B.; KOOLA, M. M. Barriers Faced by Immigrant Families of Children with Autism: A Program to Address the Challenges. **Asian Journal of Psychiatry**, v. 39, p. 53-57, 2019.

FORMIGA, N. P.; SOUZA, V. M. Percepções dos familiares sobre a descoberta do Transtorno do Espectro Autista em crianças: revisão integrativa. **Revista Ciência e Sustentabilidade**, v. 7, n. 2, p. 165-175, 2023.

Recebido em: 22 de outubro de 2024

Aceito em: 15 de dezembro de 2024